

ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR EM SANTA CATARINA: DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS¹

Valenttina Schmidt Bilhar², Raquel Fröhlich³

¹ Vinculado ao projeto “Políticas Educacionais do Estado de Santa Catarina: discursos e práticas sobre a inclusão escolar de pessoas com deficiência na educação básica”.

² Acadêmico (a) do Curso de Pedagogia – FAED – Bolsista PIVIC/UDESC.

³ Orientador (a), Departamento de Pedagogia – FAED – raquel.frohlich@udesc.com.br

A narrativa de educação para todos, estabelecida nas políticas educacionais a partir da década de 1990 em nível federal, produz efeitos na elaboração e constituição de políticas locais. Nesse sentido, as políticas de inclusão em Santa Catarina têm apresentado diferentes discursos e práticas, que indicam diversificadas abordagens e estratégias para problematizar e “operacionalizar” processos de inclusão escolar na educação básica. Dentro desse contexto, esse trabalho tem por objetivo analisar aspectos relacionados à implementação e efetivação de políticas educacionais da educação básica na perspectiva inclusiva no Estado de Santa Catarina. Trata-se de uma pesquisa de caráter documental, que analisa a Resolução CEE/SC 100, de 13 de dezembro de 2016, a Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina, de 2018. A análise da materialidade elencada tem como inspiração a análise de discurso a partir de Michel Foucault. O exercício analítico consistiu na construção de categorias a partir das recorrências dispostas nos documentos elegidos que indicam algumas estratégias para a operacionalização de processos de inclusão na educação básica na rede estadual de Santa Catarina. A análise realizada indica dois aspectos cruciais para a implementação e efetivação de políticas na perspectiva da inclusão escolar: a formação continuada dos professores e a presença do segundo professor nas salas comuns de ensino. A partir das categorias criadas, buscou-se aporte teórico para a discussão das mesmas. A discussão sobre formação continuada de professores da rede estadual de Santa Catarina foi desenvolvida por Lozano (2023). A autora analisou cursos de formação continuada oferecidos pela Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) e pela Secretaria Estadual de Educação (SED) aos professores das classes comuns da rede regular de ensino do estado de Santa Catarina entre 2012 e 2022. A pesquisa desenvolvida indica que os cursos oferecidos produzem uma manutenção de saberes clínicos e biomédico relacionados ao público da educação especial, o que impacta diretamente nas fragilidades de ensino e nos processos de in/exclusão. Por sua vez, a discussão sobre o segundo professor foi tema de pesquisa de Garcez (2024). A discussão realizada, através de análises de políticas e da realização de grupo focal com gestores de escolas estaduais da Grande Florianópolis, indica que o papel do segundo professor produz práticas de in/exclusão de ordem administrativa (relacionadas à gestão dos recursos humanos) e pedagógica (relacionadas a gestão da aprendizagem) e aponta processos de precarização, individualização e exclusão. Com tais categorias e discussões

desenvolvidas, é possível concluir que a análise da formação continuada e o papel do segundo professor são essenciais para compreender como essas políticas são traduzidas na prática educacional. Avaliar esses aspectos permite identificar desafios e oportunidades para a melhoria das estratégias de inclusão, promovendo um ambiente de aprendizado mais equitativo e adequado às necessidades de todos os alunos.

Palavras-chave: Educação Básica. Políticas de Inclusão. Educação Especial.